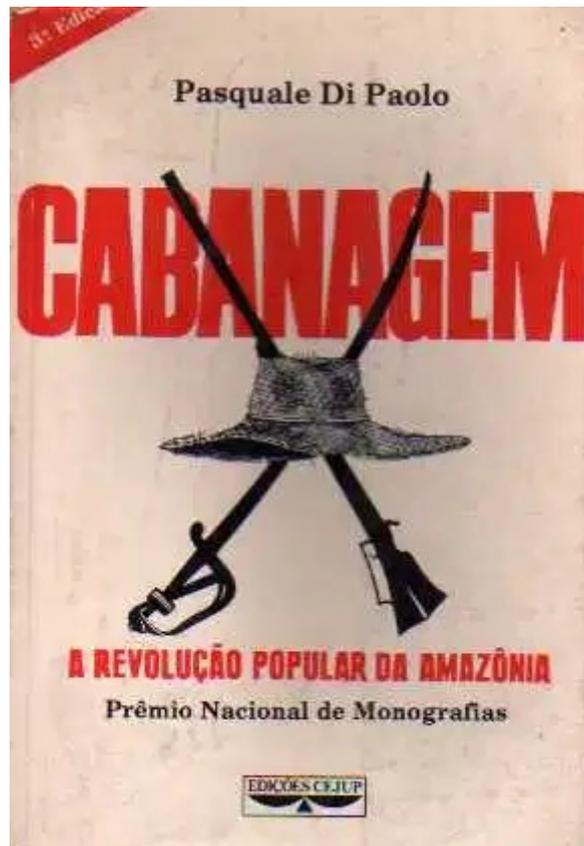


Resenha



DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

Brena Regina Lopes Machado
UEPA - Brasil
blopmach@hotmail.com
Orcid.org/0000-0002-8857-5380

Pasquale Di Paolo, nascido na Itália, foi intitulado cidadão paraense pelo Estado do Pará. Formado em licenciatura em filosofia e em ciências sociais, com mestrado em sociologia, doutorado em ciências políticas e pós-doutorado em filosofia social. A vida e a obra do professor, pesquisador e poeta, falecido em 1987, trazem consigo a marca de um indivíduo apaixonado pelo ser humano e por suas lutas coletivas. Di Paolo encantou-se por Belém e ousou se debruçar sobre temas, então, pouco estudados no Pará. O livro “Cabanagem: a Revolução

Resenha

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

Popular da Amazônia” destaca-se por ser a primeira obra a tratar o fenômeno social como uma revolução, e não uma revolta. Trabalho premiado (1º lugar) no Concurso Nacional de Monografias instituído pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará em comemoração ao Sesquicentenário da Cabanagem.

A visão inovadora do autor sobre a luta popular que marcou a Amazônia durante a independência do Brasil, é contada como a revolução popular mais importante da Amazônia e entre as mais significativas do Brasil, em duas partes. A primeira retrata a revolução no mundo no período da cabanagem, considerando o contexto internacional, nacional e regional. A segunda parte retrata a revolução Cabana, a explosão do povo na Amazônia, considerando sua luta política, luta social e luta de resistência. A metodologia utilizada permite uma ampla contribuição para a recuperação da memória histórica da Amazônia considerando diferentes recortes (temporais e territoriais), de contexto macro e micro em uma síntese globalizante reveladora das aspirações populares de diversas épocas, relacionadas com as grandes correntes de revolucionários da Europa e América da segunda metade do século XVIII.

Na primeira parte de sua obra, o autor destaca que a Revolução Cabana não é um fato histórico isolado do mundo ou um acontecimento político-territorial de horizontes locais, é uma abordagem histórica global, um profundo e vasto fenômeno espiritual, relacionado com o fenômeno cultural que agitava a Europa e a América na segunda metade do século XVIII, e que levou no início do século XIX o Brasil a independência. Foi uma emergência histórica de problemas sociais crônicos acumulados pela omissão governamental; uma agitação de ideias políticas e uma tomada de consciência do poder local dentro de uma nova consciência nacional; uma tentativa séria de organização política autônoma de brasileiros na Amazônia; um novo estado de espírito, cuja proclamação encontrava entraves no momento de sua historicização na região.

Na Europa e na América no contexto internacional da Cabanagem (1776-1840) destacam-se de forma relacionada nas tendências revolucionárias: a revolução industrial na Inglaterra (século XVIII-XIX); a revolução política na França em 1789; e o movimento de independência na América (Estados Unidos 1776, Argentina 1816, Colômbia 1819, Venezuela / Chile / México / América Central 1821, Brasil e Equador 1822, Bolívia e Peru 1824) e na Europa (Itália “Risorgimento”, Grécia 1822, Bélgica 1830). Momentos históricos que vão motivar novas reivindicações ao longo do tempo.

Resenha

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

Em seguida destacam-se nas tendências conservadoras: o Congresso de Viena (1815); a Santa aliança (1815 – Áustria, Rússia e Prússia); Quadrúplice aliança (1815 – inserção da Inglaterra); e Quintúplice aliança (1818 – inserção da França). Representavam a tentativa de um mundo aparentemente estável. Por fim, ressalta-se a crise de hegemonia de dois blocos: Bloco absolutista (1833 – Áustria, Rússia e Prússia); e o Bloco liberal (1834 – Inglaterra, França, Espanha e Portugal). As alianças criaram novas estruturas, e conseqüentemente, novas relações de dependências.

Os movimentos revolucionários no Brasil no período da independência (1780-1840) relacionam nas tendências revolucionárias um conjunto de movimentos ocorridos antes à independência do país - tais como: movimento do Rio de Janeiro (1786), movimento mineiro (1789), movimento baiano (1798), revolução pernambucana (1817), e adesão a revolução de portos (1820); no próprio período da independência (1822); nas guerras da independência (1822-1823) em Cisplatina, Bahia, Piauí, Ceará, Maranhão e Pará; e depois da independência – na revolução de Pernambuco (1824), movimentos baianos (1831 e 1837-38), Revolução Cabana (1835-40), movimento maranhense (1838-41), e revolução farroupilha (1835-45).

As tendências conservadoras no contexto nacional da cabanagem no período anterior à independência se identificavam no controle cultural-militar de Lisboa e na separação política das províncias do Rio. No período posterior à independência do Brasil, essas tendências se caracterizavam pelo controle cultural-militar do Rio e pelo colonialismo interno. As crises de dubiedade do contexto nacional eram identificadas nas políticas. As políticas externas eram representadas pelo bloco liberal e as políticas internas representadas pelo regime absolutista.

O contexto regional da Cabanagem, representando a luta popular na Amazônia (1500-1834) é descrito considerando três momentos. O momento das lutas indígenas (1500-1650): lutas tribais (séc. XVI), lutas de ataque (1617-19), lutas de defesa (1620-27), e a fase de subordinação e uso militar dos índios (1628-50). O nível de consciência política subalterna dos índios levou os portugueses a usar e abusar da colaboração indígena na conquista do Pará e da Amazônia, sem dar nem sequer o reconhecimento, o que foi historicamente determinante.

O momento dos surtos político-econômicos (1650-1820) abrange: a estrutura política interna, devido ao ajustamento endógeno entre os grupos sociais (1650-85) e, a crise social e levante indígena na Amazônia (1685-1750); Belém – centro intermediário entre metrópole e Amazônia, implantando-se as grandes produções, sobretudo a do cacau (1750-80) e, reformas

Resenha

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

sociais e agitações políticas (1780-1820). Estes de forma direta ou indiretamente se expressam pela conexão histórica de seus acontecimentos com o Movimento Cabano (1840-1845).

O momento da luta pela independência política e social (1820-34) abrange: a ação intelectual revolucionária de Felipe Alberto Patroni – nascido em 1798 e falecido em 1866, e João Batista Gonçalves Campos – nascido em 1782 e falecido em 1834; os movimentos constitucionalistas (1820-23) – por exemplo, adesão militar e popular à Revolução de Porto, dubiedade e políticas de entraves e, governo militar de 1º de março e revolução militar de 14 de abril; adesão à independência e implantação do terror (1823-24) – a hesitação do 1º governo civil na Amazônia foi seguida pela implantação do terror, que colocou em crise o próprio ideário da independência; e ciclos dos presidentes nomeados pela Regência (1824-34), caracterizados pelo despotismo governamental.

Na segunda parte do livro, Di Paolo trata da Revolução Cabana, como a explosão do povo da Amazônia considerando as lutas em suas dimensões políticas, sociais e de resistência. O 1º momento revolucionário é caracterizado pelo predomínio da luta política, devido à força cabana de impor o reconhecimento de sua hegemonia, acentuando-se o aspecto autonomista e a tendência republicana. A luta política (junho de 1834 – 20.6.1835) compreende a fase pré-revolucionária e ataque a Belém (junho/1834 – 7.1.1835), em que são consideradas: as causas remotas (séc. XVIII), próximas (1820-34) e imediatas (jun/dez de 1834); escalada militar; e a revolução de sete de Janeiro, após a morte de Batista Campos (31.12.1834). Acontecimentos estes que contribuem significativamente para o contexto de lutas e domínio cabano no poder.

O primeiro governo cabano foi comandado por Félix Antônio Clemente Malcher. Destaca-se em seu governo (7.1 – 19.2.1835): a aclamação e primeiros atos de governo; conflitos e seu isolamento; e sua deposição. Francisco Pedro Vinagre iniciou o segundo governo Cabano, mas foi o 1º cabano a chegar ao governo, com ele pela primeira vez na Amazônia um proprietário-lavrador assumia e exercia a presidência. Destaca-se em seu governo (21.2 – 20.6.1835): a reorganização administrativa e manifesto político amazônida; missão “pacificadora” de Pedro da Cunha e defesa cabana; governo paralelo e bloqueio de Belém. O autor considera o governo de Vinagre entre os melhores do Pará, no período da independência, por tentar honestamente a convergência entre legalidade e legitimidade e por exercer de fato o governo como delegação do poder popular.

Resenha

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

A dimensão de luta social (20.6.1835 – 13.5.1836), na luta contra o despotismo e como defesa da cidadania brasileira adquirida no sangue de seus mártires, permaneceu mesmo após o fim do governo cabano de Vinagre com a renúncia política, pois, a renúncia ao governo não significava renúncia ao poder. A decisão do conselho cabano em entregar o governo ao marechal português Jorge Rodrigues foi inicialmente um choque para as massas populares. Essa atitude foi resultante da posição do clero em definir os limites de seu apoio aos cabanos e do desgaste político do governo revolucionário, pela ausência de um projeto de governo para a Amazônia.

A renúncia política (20-26.6.1835) desencadeou crise cabana externa e interna, negociações com acordos e transmissão da presidência. Com a transmissão da presidência, o despotismo voltou a Belém, e com ele o revanchismo português e o terror. Fato que, desencadeou contestações de grupos cabanos na capital e no interior, ocasionados pela volta do despotismo português com a tomada de posse do marechal Manoel Jorge Rodrigues (26.6.1835) e reconquista sangrenta de Belém pelos cabanos contra o neocolonialismo português, motivadas em protesto ao mandado de prisão de lideranças cabanas (27.7.1835), como: Francisco Pedro Vinagre, Eduardo Angelim e de todos os chefes revolucionários que se encontrasse na capital.

O executor de medidas policiais foi Jhon Taylor. O pretexto usado foi o massacre da Vigia por um grupo cabano. O número de presos dessa ação chegou a duzentos, entre eles Francisco Pedro Vinagre e João Leal Aranha, e foram todos conduzidos a bordo do navio de guerra, no porão da corveta “Defensora”, conhecida pelo povo como depósito ou cemitério de presos políticos. Fato que relembrou aos cabanos o espectro da hecatombe do brigue “Palhaço”. Para os cabanos as prisões arbitrárias foram uma declaração de guerra unilateral que os atacava de surpresa. Era preciso, portanto, organizar a defesa e libertar a capital e a Amazônia do terror português.

A reconquista sangrenta de Belém foi a alternativa viável diante da negativa de Jorge Rodrigues ao ultimato cabano (2.8.1835) enviado por Antônio Pedro Vinagre em que exigia a soltura de seu irmão e de todos presos políticos, responsabilizando ao mesmo as consequências dos prejuízos de um confronto armado, caso seu ultimato não fosse imediatamente atendido. As lideranças cabanas uniram-se. Foi aclamado Antônio Vinagre como seu comandante chefe e Eduardo Angelim como subcomandante. Durante a ação Antônio Vinagre foi uma das

Resenha

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

primeiras vítimas do confronto, sua morte instantânea desestabilizou os cabanos, mas, o controle foi retomado pela liderança de Eduardo Angelim após um patriótico discurso.

Nove dias após o início da luta (22.8.1835), a “guerrilha” organizada por Angelim deu os resultados esperados. Houve a retirada do presidente marechal para bordo, abandono do arsenal de guerra, embarque das pessoas e famílias abastadas. No amanhecer de 23 de agosto de 1835, Eduardo Angelim foi vitorioso no palácio do governo. Os cabanos venceram a dura batalha de nove dias de fogo, numa luta desigual, mas tinham fé na pátria, entendida como a terra prometida da igualdade e da liberdade. Para defender essa fé lutaram com garra, doando voluntariamente sua vida e derramado abundantemente seu sangue, avermelhando assim mais uma vez o solo sagrado da capital da Amazônia e as águas da baía do Guajará: a vitória dos vivos consagrava a luta corajosa dos que não tinham morrido em vão.

O 3º governo cabano (23.8.1835 – 13.5.1836) era assumido por Angelim, o mais jovem presidente, aclamado pelo clero e povo. As políticas internas e externas de seu governo tiveram que lidar com a crise econômica, religiosa, militar, política, e internacional. Devido a sua forte personalidade e coerência política, Angelim não transformou os poderes ditatoriais, legitimamente recebidos, em despotismo nem em tirania. Governou com pragmatismo e fidelidade ao acordo político alcançado. Na medida em que os problemas se apresentavam, eram imediatamente enfrentados e resolvidos dentro do contexto da plataforma política anteriormente pré-estabelecida. As grandes decisões eram tomadas colegialmente pelos conselhos cabanos, auscultando as bases populares.

O episódio político de bloqueio de Belém (sua intensificação) e a agonia do governo cabano (9.4 – 13.5.1836) ocorrido no último mês do governo Angelim foram decorrentes da chegada de um presidente nomeado pela regência, o brigadeiro português Francisco José de Souza Soares Andréia, já conhecido em Belém pelo golpe institucional aplicado quando anos atrás assumiu o comando militar no Pará (27.6.1830). A chegada de Andréia na ilha Tatuoca (9.4.1836), resultou na imediata posse legal do marechal Jorge Rodrigues. O governo cabano tentou uma transição pacífica com tentativas frustradas de negociação para evitar confronto. Os cabanos acabaram sendo encurralados e estrategicamente, para evitar mais derramamento de sangue, houve a retirada da cabana.

A luta pela resistência cabana (13.5.1836 – 22.8. 1840) destaca três pontos relevantes. O primeiro trata das consequências políticas da vitória legalista (13.5.1836) em que

Resenha

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

ocasionaram: o isolamento cabano e uma cidadania marginalizada; o seguimento de um novo bloco histórico composto por militares e clero; e reorganização militar e cruzada anti cabana, realizada em nome da deusa-pátria e sem os limites éticos dos homens da cabana, transformando em atos “heroicos” e “religiosos” os piores crimes que a Amazônia conheceu.

O segundo momento relata o regime militar e o genocídio praticado pelo governo (13.5.1836 – 8.4.1839) cita-se: a atuação de uma lei marcial na Amazônia através de instrumentos legais fornecido pelo governo imperial, implantando, assim, um governo militar autorizado a mandar prender e condenar a desterrados os indicados a crime políticos; a prisão de Angelim, que significou para a cabanagem a desagregação definitiva e deu início ao afinamento progressivo da própria revolução; e as expedições de mortes resultantes dos confrontos ocasionados pela caça dos envolvidos no movimento cabano.

O terceiro momento destaca a ordem jurídica e término da guerra civil em que: o lema “paz com as armas na mão” era legado recebido por Bernardo Souza Franco (8.4.1839), do último governo nomeado pela regência, o qual justificava o estado de paz através de um estado de guerra; a descoberta de genocídios, martírios e tortura chegaram a chocar o Bacharel Souza Franco que evidentemente não estava a favor da revolução cabana e não tinha pena dos cabanos mortos, mas, propôs estratégias diferentes ao energético governo do antecessor; e a anistia e amnésia (uma condicionada à outra) foi proposta aos cabanos por Souza franco como solução para implantar uma ordem jurídica na Amazônia. A anistia geral foi decretada (22.8.1840), com prazo de 60 dias para apresentarem-se às autoridades legais.

Nesta obra o autor apresenta o movimento cabano como uma grande revolução, e os períodos que a antecedem como de grandes lutas. Esses movimentos revolucionários colocaram em crise a hegemonia e estagnaram o conservadorismo. Todavia, a política de blocos reduziu sua força transformadora. Durante o período regencial o despotismo e golpes castraram nós filhos da terra toda esperança na igualdade e na liberdade, depositada no movimento de independência. O contexto que desencadeou a revolução Cabana é muito expressivo politicamente. O ciclo dos governos nomeados fermentaram as desigualdades, e conseqüentemente, a revolta de muitos. “Legalidade e legitimidade procuravam em vão encontrar-se: a legalidade sem levar a sério a legitimidade, tornou-se tirana; a legitimidade, sem conseguir alcançar a legalidade, transformava-se em revolução”.

Resenha

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

Segundo o autor, a cabanagem explodiu, depois da declaração da independência, pela saturação da paciência cabocla diante da sistemática do governo central em negar aos mais antigos habitantes da região o direito elementar de cidadania. Esgotados os meios pacíficos de luta, a guerra civil tornou-se historicamente inevitável pela miopia política da Regência e pela obstinação de seus políticos em desrespeitar o próprio programa de independência do país. O sacrifício do povo massacrado e eliminado da Amazônia permanece na história como testemunho autêntico de luta pela liberdade e de esperança na construção de uma sociedade humanizada em que exista o livre exercício da cidadania: é esta mensagem histórica existencial que constitui a Vitória dos Derrotados.

O primeiro governo cabano foi marcado pelo despotismo previamente oculto, mascarado pelo apoio ao movimento cabano com uma participação ativa na conquista do poder. O segundo legítimo governo cabano (o primeiro governado por um cabano) foi resultante de constantes ponderações entre legitimidade e legalidade, com atitude conciliadora durante todo período de liderança cabana mesmo após seu governo. O terceiro governo cabano (apesar de assumido compulsoriamente) enfrentou os problemas com firmeza, sem radicalismo e sem omissão, com uma maturidade política superior à idade, resultante do convívio com o povo e como povo.

A vitória dos derrotados destacam nove afirmativas: 1º - A Revolução Amazônica de 7 de janeiro de 1835 só é compreensível, se for analisada a luz do contexto histórico internacional, nacional e regional; 2º - A Cabanagem não é redutível a motins políticos nem a simples rebelião, mas é revolução; 3º - O processo revolucionário cabano, dentro de sua especificidade, apresenta as etapas das grandes revoluções históricas; 4º - A prática do poder e o exercício do governo revolucionário revelam, ao longo do processo, graus diferentes da consciência política cabana; 5º - As forças políticas envolvidas na Cabanagem constituem um quadro relacional específico marcado pela complexidade; 6º - A conquista da “cidadania”, dentro de um dúbio processo de independência, tornou-se a principal bandeira revolucionária; 7º - O procedimento político das principais forças em luta foi determinado pelo preparo intelectual de cada grupo; 8º - A revolução cabana foi derrotada principalmente pelo bloqueio intelectual (a retirada cabana do governo e de Belém foi precedida pela retirada do clero do bloco histórico do poder); 9º - Os cabanos, derrotados militarmente, venceram culturalmente seus vencedores, propondo um

Resenha

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3ª edição. Editora: CEJUP. Belém, 1990. 416 p.

projeto político mais avançado, testemunhando uma consciência social elevada e realizando uma opção existencial coerente.

A doutrina básica dos cabanos era a independência política externa e a emancipação social interna, decorrentes da consciência-de-ser-povo e da consciência-de-ser-cidadão, rejeitando ser súditos permanentes de colonizadores eternos. Belém tornou-se, nesse período, o centro revolucionário não só da Amazônia, mas também do Brasil e da América Latina. Os “homens das cabanas” conquistaram a hegemonia cultural e armada, dando o nome ao próprio movimento histórico, na luta por uma cidadania indivisível e plena para todos, socializando os direitos e os deveres.

Os cabanos transmitiram para a história seu avançado projeto político, seu testemunho heroico de luta e sua opção existencial pela liberdade e pela igualdade. Eram três os objetivos principais que constituíram a bandeira da revolução: a expulsão dos portugueses do poder e do governo; a liberdade dos escravos; e a implantação do regime democrático com o acesso dos filhos da terra à administração pública. Os Cabanos – sobre tudo caboclos, índios e negros – preferiram a “morte” a uma injusta “dependência”.